

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 25 – Cultura, crítica e democratização.

As tensões eurocêntricas do “Sentido da Colonização”: Caio Prado Jr. e a construção do marxismo a partir do Sul.

Vinicius Limaverde Forte (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA)

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho¹ objetiva-se investigar as tensões entre a crítica e a reiteração do eurocentrismo suscitadas pela interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. Com isso, intenta-se compreender em que medida Prado Jr. contribui para a formulação de uma perspectiva não eurocêntrica no âmbito do marxismo. Entende-se por eurocentrismo o paradigma constituinte da geocultura moderna, surgido em consonância com o processo de formação do capitalismo, que se caracteriza pela imposição de formas de pensar e agir especificamente europeias como universais, forjando-se o universalismo europeu como retórica do poder (AMIN, 1989; WALLERSTEIN, 2007). Importante notar que um dos elementos constitutivos fundamentais desse padrão de poder é a colonialidade, que se assenta em uma hierarquia da população mundial com base em sua classificação étnico-racial (QUIJANO, 2010).

Caio Prado Jr. apresenta contribuições para a crítica ao eurocentrismo no âmbito do marxismo, embora não rompa inteiramente com pressupostos eurocêntricos. Assim, elementos eurocêntricos e antieurocêntricos do marxismo e do pensamento social brasileiro fundem-se na interpretação de Prado Jr. A fim de compreender esse aparente paradoxo, parte-se da concepção de processo hegemônico de Raymond Williams (1979) para denominar de “tensões eurocêntricas” esse processo de simultânea crítica e reiteração do eurocentrismo. Defende-se que essas tensões decorreriam de uma parcial

¹ Este trabalho é uma síntese dos resultados apresentados na minha tese (FORTE, 2016). Esta exposição reproduz com algumas modificações passagens originalmente contidas na tese. A realização desta pesquisa contou com financiamento do CNPq.

capitulação de perspectivas contra-hegemônicas emergentes pelo paradigma eurocêntrico hegemonicamente dominante.

O esforço precursor de adequar o marxismo à realidade brasileira é um empreendimento primordial de Prado Jr., movimento denominado por Bernardo Ricupero (2000) de “nacionalização do marxismo”. Desse esforço resultou o conceito de “Sentido da Colonização”, elemento-chave para a discussão das tensões eurocênticas em sua interpretação do Brasil. O “Sentido da Colonização” consiste na produção em larga escala de gêneros agrícolas tropicais e minérios com o intuito de abastecer o mercado europeu. A formação e o desenvolvimento do Brasil, em particular, e da América Latina, em geral, resultam desse processo. Suas conseqüências persistiriam a despeito do reconhecimento formal da independência política das antigas colônias ibéricas, na medida em que se atualizou sob o Imperialismo no contexto de ascensão do capitalismo monopolista (PRADO JR., 1982 [1935]; 2000 [1942]; 2004 [1945]; 1978 [1966]).

Por conseguinte, Prado Jr. (1978[1966]) argumenta que desde sua origem o Brasil faria parte da totalidade do sistema que viria a redundar no capitalismo, pois a colonização resultou do expansionismo das Grandes Navegações, processo vinculado ao capitalismo mercantil. Por essa via, pode-se apreender uma contribuição de Prado Jr. à crítica do eurocentrismo, na medida em que sua interpretação oferece subsídios para evidenciar a limitação de abordagens sobre a Modernidade que omitem a vinculação entre colonialismo e capitalismo. Ao salientar a vinculação entre “Sentido da Colonização” e Acumulação Primitiva de Capital, Fernando Novais (2002) torna ainda mais explícito que Prado Jr. operou no âmbito do marxismo movimento análogo àquele que Roberto Schwarz atribuiu a Machado de Assis, afirmando que sua produção a respeito da realidade brasileira apresenta de maneira cifrada os resultados locais da história mundial.

A elaboração do conceito de “Sentido da Colonização” é resultado do entendimento de Prado Jr. do marxismo como uma abordagem metodológica. É recorrente em sua obra a recusa de toda e qualquer perspectiva que se apresente como um receituário conceitual. Sobretudo essa recusa é direcionada àqueles que compreendem o marxismo dessa forma. Nesse contexto, o modelo democrático-burguês constitui o principal alvo das objeções

de Prado Jr., na medida em que estabelece como critério interpretativo do passado brasileiro a transposição das diferentes fases de desenvolvimento histórico europeu, oferecendo por esse meio o fundamento teórico para a ação política do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Alternativamente, em detrimento à adesão a modelos teóricos pré-concebidos, Prado Jr. argumenta: “É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramento da revolução histórica dentre de esquemas abstratos preestabelecidos” (PRADO JR., 1978[1966], p. 19). Prado Jr. considera que nos estudos históricos os “fatos” devem ter primazia na análise. Somente por meio da consideração dos “fatos” que a historicidade de um processo pode ser apreendida mediante um processo investigativo orientado pelo método. A partir desse entendimento, Prado Jr. procurou apreender a especificidade histórica do Brasil lançando mão do método do materialismo histórico. Desse modo, ao considerar o marxismo como método de análise da realidade, tem-se mais uma contribuição de Prado Jr. para a crítica ao eurocentrismo mediante a recusa da pretensão de universalidade do modelo democrático-burguês. De maneira menos sistemática, também é possível apreender em sua obra uma diretriz mais geral acerca da objeção à transposição mecanicista de modelos teóricos forjados em outros contextos. Isso pode ser exemplificado em sua crítica à teoria da modernização de W.W. Rostow.

Não obstante ser possível obter contribuições críticas ao eurocentrismo a partir do estudo da obra de Prado Jr., também se pode apreender em seus escritos aspectos de reiteração daquele paradigma. Destacadamente, evidencia-se essa questão mediante a constatação da influência do evolucionismo cultural em suas ponderações a respeito das diferenças das contribuições de negros, índios e brancos para a formação da sociedade brasileira. Prado Jr. (2000[1942]) atribui de maneira patente uma condição de inferioridade às populações não europeias em comparação ao branco europeu. Chama atenção o viés racista de algumas de suas representações acerca da população negra que, supostamente oriunda de sociedades dotadas de condições materiais de produção tidas como inferiores, chegariam a atuar como elemento “corruptor” da cultura europeia (PRADO JR., 2000[1942]). Com efeito, afirma-se que Prado Jr. oferece uma contribuição parcial à crítica ao

eurocentrismo, expresso fundamentalmente em suas considerações a respeito dos condicionantes econômicos. Mas no plano cultural não existe ruptura semelhante, evidenciando-se uma articulação entre elementos eurocêntricos e anti-eurocêntricos. Na sequência, apresenta-se uma problematização acerca da noção de tensões eurocêntricas.

2. A CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA DE RAYMOND WILLIAMS E AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS

Para o cientista social egípcio Samir Amin (1989), o eurocentrismo é um paradigma cujo surgimento consiste em um fenômeno moderno. Duas características fundamentais balizariam sua emergência. A primeira consiste na recorrente transposição de parâmetros culturais europeus para contextos sociais de populações não europeias. A segunda característica refere-se à pretensão de universalidade subjacente a essa transposição, assentando-se na premissa que apenas mediante a imitação do modelo europeu seria possível enfrentar os dilemas suscitados pelos tempos modernos. Então, o eurocentrismo seria um paradigma que disseminaria formas de pensar e agir caracteristicamente europeias como se fossem universais. Suas expressões poderiam ser apreendidas em diferentes práticas culturais, abrangendo desde discursos acadêmicos², conversas cotidianas, noticiários em diferentes meios de comunicação, produção e consumo de bens simbólicos e artísticos etc. (AMIN, 1989).

No esteio da reflexão de Edward Said, Amin justifica a opção pelo termo eurocentrismo em detrimento de “ocidentalocentrismo”, na medida em que a primeira designação indica um ponto de referência histórico, cultural e político de origem do fenômeno abordado em seu estudo. Já a segunda estaria sujeita a uma série de ambiguidades decorrentes das hierarquias forjadas pelo colonialismo que serviu de fundamento para a construção da ideia de Ocidente, a par de sua oposição em relação ao Oriente. Para exemplificar essas ambiguidades, Amin lembra que, embora convencionalmente considerada

² Particularmente no caso das Ciências Sociais, Wallerstein (2007) indicou a existência de alguns avatares que recorrentemente seriam revisitados: a ideia da modernidade como uma realização europeia; a pretensão de universalidade da produção cultural europeia; a noção de civilização e o orientalismo como sua contrapartida; por fim, a ideia de progresso.

parte do hemisfério ocidental, a América Latina não goza do mesmo status de região pertencente ao Ocidente que é desfrutado pela Europa.

Mesmo a América Latina constituindo uma dimensão não exemplar do Ocidente, para Anibal Quijano (2010) não seria possível compreender a formação do mundo moderno sem considerá-la como parte fundamental da emergência do poder capitalista em escala mundial. A América foi decisiva para instaurar um novo padrão de poder que articulou colonialidade³ e modernidade como dois eixos que se amparam na imposição de uma classificação social de cunho racial/ étnica. A utilização da população negra oriunda da África como mão-de-obra escravizada no continente americano foi elemento-chave nesse processo, na medida em que as estratégias amparadas em diretrizes eurocêntricas para sua legitimação lançaram as bases para a ideia de colonialidade. Portanto, para Quijano o eurocentrismo seria indissociável da origem da modernidade, do colonialismo e do capitalismo, pois contribuiu decisivamente para uma ordem social pautada na colonialidade do poder.

Para compreender o predomínio do paradigma eurocêntrico na geocultura moderna, bem como as alternativas e contraposições aventada como resistência, recorre-se ao auxílio da noção de hegemonia, conforme os desdobramentos propostos por Raymond Williams à acepção gramsciana de “direção intelectual e moral” como uma expressão da supremacia social de um grupo. Nesse sentido, intenta-se compreender a dominância do paradigma eurocêntrico no esteio da ideia de materialismo cultural, entendido como “uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1979, p. 12).

Com essa perspectiva, Williams busca construir uma alternativa às abordagens marxistas que tomam como ponto de partida para análise cultural uma concepção estanque da relação entre base e superestrutura. Como informa Maria Elisa Cevalco (2001), o materialismo cultural objetiva apreender a cultura como processo produtivo e as práticas culturais como usos sociais dos meios materiais de produção. Nesse sentido, a cultura não seria entendida

³ Colonialidade e colonialismo não se confundem, embora o primeiro derive do segundo. O colonialismo é uma situação de exploração dada pelo controle político e econômico de uma determinada população por outra estabelecida em uma sede central situada em um território distinto. Já a colonialidade é um fenômeno mais duradouro, pois não se extingue com o término do colonialismo, estando necessariamente assentado em relações racistas.

de maneira abstrata, tampouco consistiria em uma noção restritiva em torno das ideias de “alta cultura” ou “cultura erudita”. Antes disso, a cultura seria compreendida como algo ordinário, na medida em que seria entendida como um modo de vida partilhado socialmente. Essa formulação de Williams pressupõe a existência de diferentes formas de experimentá-la, bem como propicia concebê-la como meio de reprodução de desigualdades. Com efeito, a cultura também poderia ser apreendida em consonância com a dimensão da ideologia. Nesse sentido, compreender o eurocentrismo sob a perspectiva do materialismo cultural de Williams implica tomá-lo como paradigma presente na vivência cotidiana das pessoas, como dimensão de produção e reprodução da vida material na sociedade.

A fim de evitar que sua análise dos processos culturais desenvolva-se de maneira estática, Williams recorreu à noção de hegemonia. Sua vantagem seria dada por incluir e ultrapassar os conceitos de cultura e ideologia. Para Williams a hegemonia é “uma cultura que tem também de ser considerada como domínio e subordinação vividos de determinadas classes” (WILLIAMS, 1979, p. 113). Em função de seu caráter processual, dinâmico e múltiplo, Williams propõe que ao invés de “hegemonia”, utilize-se “hegemônico” no intuito de destacar que não há um caráter unívoco, pois no seu cerne há também processo de resistência. Portanto, o processo hegemônico constitui-se ativamente como uma construção constantemente tensionada, na medida em que articula elementos residuais, dominantes e emergentes (WILLIAMS, 1979).

Embora só seja possível afirmar se um elemento que era emergente tornou-se dominante retrospectivamente, ao realizar um estudo sobre a configuração hegemônica no presente, deve-se estar atento para o que é emerge naquele momento, ainda que sua articulação não esteja adequadamente definida. Caso contrário, corre-se o risco de apresentar uma visão estática e de se ignorar formações contra-hegemônicas ou mesmo formas de oposição ao hegemonicamente dominante que não estão ainda plenamente estruturadas ou formalizadas. Nessa perspectiva, a visão de Williams sobre processos hegemônicos prima pela consideração das diferenciações, contradições e heterogeneidade na esfera da cultura, reconhecendo que há elementos dominantes, mas que seu predomínio não é

inteiramente monolítico, pois elementos residuais e emergentes também o constituem.

A noção de “tensões eurocêtricas” é concebida em vista das clivagens decorrentes da articulação entre elementos culturais residuais, dominantes e emergentes. Ao passo que o eurocentrismo constitui um paradigma cultural hegemonicamente dominante, tem-se igualmente a emergência de perspectivas decoloniais que contrastam com o metrocentrismo do paradigma eurocêntrico. Não obstante a contestação do eurocentrismo suscitada pelo aparecimento de práticas culturais decoloniais, observa-se que sua emergência sofre pressões e limites que tencionam sua incorporação pelo próprio paradigma eurocêntrico. Nesse sentido, seria possível apreender a reiteração do eurocentrismo em determinadas práticas culturais decoloniais.

Assim, o que se denomina aqui de “tensão eurocêntrica” consiste em uma expressão do processo hegemônico em que uma forma emergente de contestação do eurocentrismo estaria imbuída de alguns elementos dominantes caracteristicamente eurocêtricos. Consequentemente, resultaria daí críticas parciais dotadas de uma espécie de “ponto cego”, onde inadvertidamente seriam incorporados argumentos que reforçariam o eurocentrismo. Ou seja, como Williams concebe o processo hegemônico como dinâmico e relacional, nem mesmo as perspectivas oposicionistas estariam completamente livres da influência do hegemonicamente dominante, podendo sofrer o risco de uma maior ou menor incorporação em conformidade com a maior ou menor subordinação das práticas culturais dos seus respectivos grupos emergentes. Dessa maneira reconhece-se a possibilidade de elementos emergentes virem a se tornar dominantes, ainda que possivelmente permeados por aspectos culturais dominantes da formação social anterior. Após essas ponderações acerca da noção de “tensões eurocêtricas”, segue uma análise das tensões eurocêtricas da interpretação marxista do Brasil de Caio Prado Jr.

3. SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E TENSÕES EUROCÊNTRICAS

Para compreender o caráter parcial da crítica e reiteração do eurocentrismo por parte de Prado Jr., inicialmente procura-se demonstrar os aspectos antieurocêtricos vinculados ao conceito de “Sentido da

Colonização”. Em seguida, procura-se indicar como o eurocentrismo é corroborado em sua visão acerca das diferenças culturais entre negros, índios e brancos. Argumenta-se que a crítica ao eurocentrismo pode ser apreendida mediante dois eixos compreendidos como perspectivas emergentes hegemonicamente: a provincialização do modelo democrático-burguês e a desprovincialização do “Sentido da Colonização”. Ao considerar a ideia de provincialização do modelo democrático-burguês, tem-se em mente a discussão de Dipesh Chakrabarty (2000) a respeito da “Provincialização da Europa”, cuja significação não remete à provincialização do seu território, mas diz respeito ao descentramento dos hábitos mentais eurocêntricos consolidados desde o Iluminismo (CHAKRABARTY, 2000). Provincializar o modelo democrático-burguês consiste, então, em recusar a pretensão de universalidade subjacente às tentativas de transpô-lo para a realidade brasileira.

Já ao se referir à desprovincialização do “Sentido da Colonização”, tem-se em mente a discussão apresentada por Sérgio Costa (2006) a respeito da “desprovincialização da sociologia”. Ao analisar a apropriação dos estudos pós-coloniais pelas Ciências Sociais, Costa argumenta que seu desconstrucionismo não seria direcionado à teoria social como um todo, mas a um segmento específico, a teoria da modernização. Dessa maneira, a incorporação pelas Ciências Sociais da crítica à explicação eurocêntrica a respeito do processo de modernização suscitaria um movimento de desprovincialização da sociologia. Uma característica importante consiste no questionamento dos lugares de enunciação de discurso, abrindo-se a possibilidade de um cosmopolitismo que efetivamente leve em consideração as posições situadas ao Sul global. Então, desprovincializar o “Sentido da Colonização” corresponde à iniciativa de indicar que o conceito caiopradiano, embora originalmente formulado para a análise da realidade brasileira, oferece um ponto de vista a partir do Sul global para compreender a formação do mundo moderno.

Juntamente aos movimentos de crítica ao eurocentrismo, há também no pensamento de Prado Jr. sua reiteração. Compreendida como uma forma de encapsulamento parcial de sua perspectiva oposicionista pelo paradigma hegemonicamente dominante, a hierarquização entre europeus e não europeus no contexto de sua análise das relações raciais é uma expressão no plano da

cultura dos limites impostos pelo processo hegemônico à emergência de uma compreensão do marxismo a partir do Sul.

3.1. PROVINCIALIZAÇÃO DO MODELO DEMOCRÁTICO-BURGUÊS

No eixo correspondente à provincialização do modelo democrático-burguês tem-se o questionamento da pretensão de universalidade da fundamentação política e teórica utilizada pelo PCB e seus intelectuais para compreender a formação da sociedade brasileira. O fundamento da crítica ao modelo democrático-burguês assenta-se em uma disputa epistemológica a respeito de como o marxismo deve ser concebido em vista da realidade brasileira, considerando-se sua especificidade em detrimento da transposição esquemática de ideias forjadas com base na realidade europeia. Esse debate evidencia o caráter particularista do modelo democrático-burguês, travestido por pretensões universalistas.

Congregando uma crítica metodológica, analítica e política à transposição do modelo democrático-burguês para realidade brasileira, Prado Jr. empenhou-se na revisão das diretrizes do PCB, apontando seus equívocos. No livro *A Revolução Brasileira* tem-se de maneira sistemática a refutação da pretensão universalista subjacente ao esquema etapista da história adotado pelo partido e seus teóricos:

No estabelecimento das bases em que assentaria a teoria da revolução brasileira, partiram seus primeiros autores, já lá vão para mais de quarenta anos, não da análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país – coisa aliás que na sua maior e principal parte era por eles ignorada, como logo veremos – mas da consideração de um esquema teórico abstrato, admitido *a priori* e sem indagação prévia alguma, acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira. Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo (PRADO JR., 1978[1966], p. 32).

É interessante notar a referência de Prado Jr. aos “primeiros autores” que elaboraram uma Teoria da Revolução Brasileira, cujas análises tinham sido realizadas “para mais de quarenta anos”. Como a publicação do livro de Prado

Jr. deu-se em 1966, logo sua referência remete à geração de marxistas brasileiros da década de 1920, em que figuraram Astrogildo Pereira e Octávio Brandão. Então, torna-se plausível admitir que se trate de uma remissão ao livro *Agrarismo e Industrialismo* de Brandão – publicado em 1926, portanto quarenta anos antes de *A Revolução Brasileira*. O livro de Brandão foi o empreendimento pioneiro de análise da realidade brasileira com base no marxismo, tendo sido a principal interpretação do Brasil produzida por um comunista na década de 1920.

No livro de Brandão foi analisada a chamada “Revolta Paulista de 1924”, levante tenentista contra o governo de Artur Bernardes, cujos acontecimentos posteriormente vieram a originar a Coluna Prestes. Sua premissa básica é que o conflito resultou do antagonismo entre duas diretrizes, o agrarismo e o industrialismo. A sociedade brasileira seria dominada pelo agrarismo rural de cunho feudal, representado pelo governo de Artur Bernardes. Devido ao domínio da “política de fazendeiros de café, instalados no Catete”, haveria no país uma “oposição burguesa desorganizada”, na medida em que a “burguesia industrial e comercial [era] politicamente nula”, pois seu “atraso político é tamanho que a burguesia industrial ainda não formou o seu partido, enquanto o proletariado já conseguiu forjar o seu partido desde 1922” (MAYER, 1982[1926], p. 256).

Por sua vez, Prado Jr. realizou sua interpretação do Brasil mobilizando o método dialético, o que redundou na formulação a noção de “Sentido da Colonização”, distanciando-se de elaborações que simplesmente buscavam correspondências mecânicas entre conceitos e realidade. Ao delinear seu objeto de investigação em *Formação do Brasil Contemporâneo* – o recorte temporal compreendido pelos últimos anos da colonização –, Prado Jr. inseriu-o em uma totalidade mais ampla constituída pelas Grandes Navegações e a emergência do capitalismo mercantil. Essa abordagem propiciou-lhe definir a especificidade do desenvolvimento histórico do país como sendo derivada de sua condição de economia subsidiária fornecedora de *commodities* para o mercado europeu. Essa situação demarcaria uma diferença fundamental do Brasil em comparação ao modo como se caracterizava o feudalismo europeu. Por isso, Prado Jr. considerava que:

Não há assim justificativas para a utilização de uma expressão como “feudalismo”, que comporta um sentido muito preciso, e que se refere a um tipo específico de organização social que existia na Europa antes do advento do capitalismo e da sociedade burguesa; e que não existe nem existiu nunca no Brasil (PRADO JR., 2007[1947], p. 133-134).

Com esse argumento, Prado Jr. desautorizava a Teoria da Revolução Brasileira formulada em consonância com a transposição do modelo democrático-burguês, pois refutava sua análise do processo histórico brasileiro ao estabelecer que nunca houve feudalismo no Brasil. Por conseguinte, também apontava a inconsistência do seu programa político, na medida em que não seria possível propor uma transição para o capitalismo, pois o país já seria de fato capitalista, embora caracterizado por uma situação de dependência. Prado Jr. (2007[1947]) sustenta que a economia brasileira seria desde sua origem essencialmente mercantil devido à orientação de sua produção para o mercado internacional. Mesmo após a Independência, a Abolição e a Proclamação da República, a economia permaneceu dotada de um caráter eminentemente agroexportador. O que se modificou foi o modo como a dependência externa passou a ser caracterizada, pois, no lugar do colonialismo, estabeleceu-se o domínio do capital financeiro internacional. Dessa situação, redundou a integração do Brasil em uma nova ordem econômica, mas sem que seus caracteres coloniais fundamentais fossem modificados.

Juntamente ao descentramento da dimensão teórica do modelo democrático burguês, Prado Jr. também contestou a política de alianças do PCB, bem como indicou a impossibilidade de uma revolução democrático-burguesa em si. No seu entendimento, o estabelecimento de alianças com segmentos tidos como progressistas da burguesia para fazer frente aos interesses feudais, seria insustentável não apenas do ponto de vista teórico, já que não haveria feudalismo no Brasil, mas também do ponto de vista político. No seu entendimento, os interesses da burguesia estariam inteiramente ajustados ao sistema imperialista. Além disso, muitas vezes a burguesia comercial e industrial no país derivaria dos grandes latifundiários agroexportadores. Trata-se, em grande medida, da mesma elite que atua em diferentes frentes. Com isso, Prado Jr. recusa de maneira veemente o

argumento que funda a justificativa da formação da frente ampla como estratégia para alcançar a revolução democrático-burguesa:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista (sic) e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças populares e de esquerda. O antiimperialismo (sic) tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores (PRADO JR., 1978[1966], p. 121).

Alternativamente, Prado Jr. sustenta que a aliança a ser estabelecida para promover o avanço da Revolução Brasileira deveria contemplar os trabalhadores urbanos e rurais sob a hegemonia do proletariado. O embasamento dessa posição deve-se ao entendimento de que a contradição central na sociedade brasileira não seria aquela apontada a partir do modelo democrático-burguês entre burguesia nacional e a aliança formada pelos latifundiários e os imperialistas. Na verdade, a contradição estaria situada entre a persistência do caráter colonial da economia e da organização da sociedade, por um lado, e as dificuldades em se consolidar uma economia efetivamente nacional, por outro. A plena integração e formação de uma sociedade nacional não constituiria efetivamente parte do horizonte de interesses seja da burguesia, dos latifundiários, tampouco dos imperialistas, pois a dependência externa e o caráter colonial da sociedade brasileira favorecem seus intentos.

Assim, em vez de uma revolução democrático-burguesa, Prado Jr. defende que seja realizado um conjunto de reformas que possibilitem minar as bases dessa dependência externa, fomentando a autonomia nacional ao combater a grande exploração rural, as relações de trabalhos semelhantes ao escravismo e regulando a economia externa. Destarte, Prado Jr. considera que, em si, a ideia de uma revolução burguesa seria incompatível com a realidade, em virtude do caráter capitalista da sociedade brasileira. Nesse sentido, a configuração dos entraves a serem combatidos decorreria do caráter particular assumido pelo capitalismo no Brasil.

3.2. DESPROVINCIALIZAÇÃO DO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

No eixo referente à desprovincialização do “Sentido da Colonização”, a crítica ao eurocentrismo tem como ponto de partida a consideração do vínculo concebido tacitamente no âmbito conceitual por Prado Jr., mas estabelecido empiricamente por Fernando Novais (2002), entre o “Sentido da Colonização” e o processo de “Acumulação Primitiva de Capital”. Mediante o exame dessa relação, possibilita-se compreender como uma interpretação orientada para compreensão da formação social de um país periférico de origem colonial possibilita conhecer, a partir do ponto de vista do Sul global, a articulação entre colonialismo e capitalismo na formação do mundo moderno. Portanto, argumenta-se que o conceito de “Sentido da Colonização” traz intrinsecamente uma compreensão alternativa da modernidade, contrapondo-se às teorias etapistas da modernização, bem como às abordagens que excluem o colonialismo de seu horizonte cognitivo.

Para avançar na questão deve-se levar em consideração mais uma importante característica da noção formulada por Caio Prado Jr., que consiste na persistência do “Sentido da Colonização” ao longo do tempo. Com isso, em vista dessa continuidade, deve-se observar como veio a se configurar o conjunto de relações em que o Brasil estava inserido após a consolidação do capitalismo industrial e da independência política do país. Originado no contexto mercantilista, o vínculo entre colônias produtoras de *commodities* e centros economicamente mais poderosos foi atualizado após o reconhecimento político da independência, mantendo o mesmo caráter dependente. Com isso, esse fenômeno também se manifestou de maneira persistente no capitalismo concorrencial e no monopolista. Trata-se de um ciclo histórico que se alongou no tempo, adaptando-se às contingências eventuais.

Em virtude de o “Sentido da Colonização” ser compreendido em termos dessa duração mais longa, diferentes intérpretes da obra de Caio Prado Jr. chamaram a atenção para as similaridades entre a abordagem contida em *Formação do Brasil Contemporâneo* e as ideias de Fernand Braudel. Martinez (2008) indica que Prado Jr. foi aluno de Braudel na disciplina de História da Civilização em 1935, no Curso de História e Geografia da USP, levantando a hipótese de uma possível influência exercida pelo historiador francês. Lumatti (2013) apresenta documentos que corrobora a relação entre ambos, inclusive

apontando subsídios de suas leituras em comum e de possíveis influências recíprocas.

Em vista disso, seria possível apreender o “Sentido da Colonização” em termo de uma “estrutura de longa duração”. Braudel compreende a estrutura como sendo uma “realidade que o tempo demora a desgastar e transportar” e que “constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais os homens e as suas experiências não se podem emancipar” (BRAUDEL, 1982, p. 14). Essa compreensão do conceito de estrutura atribui-lhe um caráter determinista e maleável, convertendo-a em uma “estrutura dinâmica” cuja persistência presume mudanças adaptativas que não implicam em rupturas bruscas. Essa descrição seria perfeitamente adequada à noção caiopradiana de “Sentido da Colonização” em função da continuidade do passado no presente:

O passado, aquele passado colonial, que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não “tomou forma”. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e não é senão aquele passado colonial (PRADO JR., 2000[1942], p. 3).

Note-se a preocupação com a sobreposição entre temporalidades longas e curtas ao indicar a existência de transformações mais profundas em alguns setores, mas sem que haja uma modificação da tendência geral que persiste ao longo do tempo. Essa heterogeneidade, composta pela dominância dos traços herdados da colonização e por transformações superficiais que não alteram o fundamento da estrutura social, constitui um importante elemento a ser problematizado. Mas afinal, como o caráter de longa duração do “Sentido da Colonização” pode ser levado em consideração em sua desprovincialização? Fundamentalmente, a partir da ideia que os vínculos formais que instituíram e regularam as relações entre Metrôpoles e Colônias no Antigo Sistema Colonial não constituíam o cerne do problema da dependência. O reconhecimento formal da Independência e da abolição da escravatura não

modificou a “essência” da dinâmica descrita pela articulação entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”, embora não houvesse mais colônias e o capitalismo estivesse consolidado. Com isso, a manutenção de uma estrutura similar àquela existente no Período Colonial nas antigas colônias, suscitando uma situação de dependência, seria algo necessário para o funcionamento do capitalismo. Destarte, Prado Jr. descreve da seguinte maneira a persistência da dependência dos países latino-americanos, passando do domínio colonial ao imperialista:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e na colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. (PRADO JÚNIOR, 1978[1966], p. 68).

Portanto, Prado Jr. evidencia a partir do caso brasileiro que o sistema capitalista – concebido como uma totalidade – necessita de partes dotadas de um significativo acento colonial para seu funcionamento. A manutenção de aspectos coloniais, que assumem configurações específicas em conformidade com seus diferentes contextos nacionais, seria intrínseca à própria dinâmica do capitalismo. Dessa maneira, a longa duração do “Sentido da Colonização” auxilia no entendimento da importância da manutenção de uma estrutura colonial nas antigas colônias a fim de forjar uma condição de dependência mesmo após o término formal das relações coloniais. Esse seria o significado da desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

3.3. CAIO PRADO JR. E A REITERAÇÃO DO EUROCENTRISMO

Também há limites na sua crítica ao eurocentrismo, destacadamente no plano da cultura. Argumenta-se que o caráter parcial da crítica caiopradiana ao eurocentrismo deve-se ao modo como se combinam evolucionismo cultural e

materialismo histórico em sua consideração da questão racial, sobretudo nas passagens onde são abordadas as diferenças culturais entre brancos, negros e indígenas na formação do país. As limitações que expressam as tensões eurocêntricas do conceito de “Sentido de Colonização” podem ser apreendidas adequadamente no âmbito da discussão da questão racial.

Em parte, Prado Jr. fornece subsídios para corroborar a etnicidade e o racismo como elementos constituintes da persistência da colonialidade mediante o conceito de “Sentido da Colonização”. Isso ocorre, inclusive, a partir da consideração da particularidade das relações raciais no Brasil em articulação com as relações de classe. Também indica como esse processo é permeado pela ideologia da mestiçagem harmoniosa, diferindo do contexto estadunidense onde a separação entre senhores e escravos seria mais estrita. Entretanto, quando as considerações de Prado Jr. partem para o plano da cultura tem-se uma limitação patente. Ao considerar as religiões, os hábitos, os conhecimentos etc. das populações indígenas e negras, ou mesmo ao sumariamente indicar as possíveis origens do racismo, Prado Jr. adota uma perspectiva eminentemente eurocêntrica, reiterando uma visão racista.

Note-se que Prado Jr. recusa explicações amparadas no determinismo racial ao indicar que as diferenças raciais não seriam a origem das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que indica que os marcadores sociais da diferença étnica são mobilizados para reforçar preconceitos que são sociais. No entanto, deve-se atentar também que Prado Jr. elenca como uma das visões correntes acerca da origem do preconceito racial um possível “caráter psicológico estético inato”. Embora cite a existência dessa interpretação, Prado Jr. exime-se de refutar sua validade. Ao invés disso, corrobora-a como possível explicação para o preconceito racial ao indicar que, independente da explicação para o preconceito decorrer daqueles caracteres psicológicos ou de uma explicação sociológica, o racismo indubitavelmente acarreta prejuízos para a população negra. Trata-se de uma omissão patente contra uma abordagem eurocêntrica. Além dessa omissão, Prado Jr. incorre de maneira mais direta na reiteração do eurocentrismo ao qualificar as populações negras e indígenas como povos “bárbaros”. Essa formulação encontra-se entrelaçada à ressalva que a escravidão acarreta uma desumanização, limitando as potencialidades das pessoas submetidas a essa condição.

Contudo, a despeito disso, Prado Jr. indica que previamente essas pessoas teriam uma cultura inferior em comparação aos europeus:

Em suma, verifica-se por tudo que acabamos de ver que na escravidão, tal como se estabelece na América, em particular no Brasil, de que trato aqui, concorrem circunstâncias especiais que acentuam seus caracteres negativos, agravando os fatores moralmente corruptores e deprimentes que ela, por si só, já encerra. Incorporou à colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado de barbárie, e que no contato com a cultura superior de seus dominadores se abastardaram por completo. E o incorporaram de chofre, sem nenhum estágio preparatório (PRADO JR., 2000[1942], p. 283).

Para Prado Jr. a incorporação de povos heterogêneos culturalmente, onde os europeus são assumidamente tidos como superiores e os negros e indígenas estariam beirando a barbárie, teria constituído um agravante que acentuou o caráter degradante do escravismo. Nisso reside uma perspectiva eurocêntrica que corrobora uma visão racista amparada no evolucionismo cultural. Na interpretação de Prado Jr. a hierarquia cultural é reforçada pela utilização de um jargão típico do discurso biológico. A consonância dessa abordagem remete a uma compreensão assentada na colonialidade do poder (QUIJANO, 2010) que distingue os europeus como superiores e não europeus como inferiores, como indicado na seção anterior. Com efeito, a crítica ao racismo perfilhada por Prado Jr. pauta-se por noções eurocêntricas que reiteram o racismo.

Essas considerações são importantes para a discussão das tensões eurocêntricas do “Sentido da Colonização”, destacadamente em confronto com a noção de colonialidade. Prado Jr. indica que as diferenças raciais constituiriam um dos alicerces da escravidão moderna, diferenciando-a de outras formas de escravidão até então praticadas. Atentou para a variedade de manifestações assumidas pelo racismo no continente americano, diferenciando as situações do EUA e do Brasil. Nisso reside um importante avanço que o debate sobre a colonialidade não comporta, pois trata genericamente a maneira como se manifestam as classificações raciais forjadas com base na colonialidade do poder. O debate trazido por Quijano (2010) não leva em consideração adequadamente como o racismo pode se manifestar a partir do discurso da harmonia entre as raças. Por outro lado, o paralelo entre “Sentido

da Colonização” e colonialidade evidencia como Prado Jr. incorre na colonialidade do saber em suas críticas ao racismo, em virtude da maneira limitada como concebe a questão da cultura com base em uma combinação entre evolucionismo cultural e materialismo histórico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na consideração das tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr., conclui-se que, embora de maneira parcial, tem-se em sua obra historiográfica, em grande parte produzida na primeira metade do século XX, uma contribuição importante para a crítica ao eurocentrismo. Dessa maneira, a nacionalização do marxismo promovida por Prado Jr. pode ser compreendida como parte de um conjunto de expressões precursoras do movimento de crítica aos avatares do eurocentrismo nas Ciências Sociais, consolidado após 1945 com a intensificação dos processos de descolonização da África e da Ásia. Destacadamente, isso ocorreria em virtude do conceito de “Sentido da Colonização” que descentra interpretações eurocêntricas sobre a constituição da modernidade, caracterizadas pela desconsideração de sua articulação com o colonialismo e o escravismo. Sob esse aspecto, Prado Jr. antecipa parte das discussões em torno da “iminente revolução nas Ciências Sociais” contra o predomínio de visões metrocêntricas (CONNELL, 2012).

Argumentou-se que a crítica ao eurocentrismo de Prado Jr. assenta-se em dois eixos. O primeiro consiste na provincialização do modelo democrático-burguês adotado pelo PCB. Esse movimento é compreendido como uma crítica à pretensão de universalidade subjacente às tentativas de transpô-lo para a realidade brasileira, presente em documentos da Komintern, nos programas políticos do PCB e nas formulações teóricas a respeito da Revolução Brasileira. O segundo eixo é a desprovincialização do “Sentido da Colonização”, definida como um movimento em que se toma o conceito caiopradiano não apenas como norteador de uma interpretação da formação da sociedade brasileira, mas como uma forma de apreender a ligação indissociável entre colonialismo e capitalismo a partir do ponto de vista do Sul global. Ao estabelecer esse vínculo, seria propiciada uma compreensão do processo mais amplo de formação do sistema-mundo moderno tomando como referência as implicações

decorrentes da articulação inicial entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”. Configurado como uma estrutura histórica de longa duração, esse vínculo converteu-se, com o passar do tempo, na combinação entre os elementos persistentes daquele “Sentido” e o Imperialismo.

Demonstrou-se, ainda, a limitação desses dois movimentos em virtude da incompleta ruptura com pressupostos eurocêntricos, destacadamente no que concerne ao estabelecimento de hierarquias culturais entre europeus e não europeus. Com efeito, Prado Jr. transpassa a linha abissal do eurocentrismo em direção à colonialidade do saber ao desconsiderar o aspecto epistemológico da articulação entre classe, raça e gênero. A esse respeito, é significativa em sua obra historiográfica a maneira como o racismo expressa-se em suas tentativas de criticá-lo. Por um lado, Prado Jr. indica a especificidade da discriminação racial no país reportando-a ao padrão de relacionamento estabelecido entre brancos, negros e índios surgido com o escravismo colonial. Por outro lado, caracteriza como primitivas as manifestações culturais das populações negras e indígenas, inclusive considerando-as como elementos deturpadores da cultura branca europeia, tida como superior e necessária para o progresso civilizacional. Assim, demonstraram-se os limites eurocêntricos do seu pensamento tanto na provincialização do modelo democrático-burguês quanto na tentativa de desprovincializar o “Sentido da Colonização”. Por fim, tem-se nas tensões eurocêntricas de Prado Jr. uma expressão dos dilemas da construção de um marxismo a partir do Sul na primeira metade do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, S. **El eurocentrismo**. Crítica de una ideología. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1982.

CEVASCO, M.E. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**. Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80. p. 9 – 20, out., 2012.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia – a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 118-134, fev. 2006.

FORTE, V.L. **Dilemas no marxismo do Sul**: As tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. 2016. 248f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

IUMATTI, P. Alguns pontos de partida para o estudo das relações entre Fernand Braudel e Caio Prado Jr. (1935-1948). In: NOGUEIRA, A., GONÇALVES, A. **Caio Prado Jr.**: legado de um saber-fazer histórico. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARTINEZ, P. H. **A Dinâmica de um Pensamento Crítico**: Caio Prado Jr. (1928-1935). São Paulo: EDUSP, 2008.

MAYER, F. Agrarismo e industrialismo. In: CARONE, E. (Org.). **P.C.B.** (1922-1943). São Paulo: DIFEL, 1982[1926].

NOVAIS, F. Introdução. In: PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Coleção Intérpretes do Brasil).

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 [1942]. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

_____. Os fundamentos econômicos da revolução brasileira. In: SANTOS, R. (Org.). **Caio Prado Jr.**: dissertações sobre a revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2007[1947].

_____. **A revolução brasileira**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978[1966].

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.S., MENESES, M.P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.